

# MERVAL PEREIRA



## Poupar e crescer

*economia Brasil*

• À margem da reforma da Previdência, mas de importância fundamental para o crescimento da economia do país, o aumento da poupança interna através dos fundos de pensão é um assunto pouco discutido, embora seja uma das principais restrições ao desenvolvimento do país. Nossa poupança interna está entre 17% e 19% do PIB, quando o mínimo necessário para um desenvolvimento auto-sustentado é de 25%.

Apenas o Chile tem essa taxa na América Latina, embora a tenha atingido por um sistema radical que eliminou o sistema público de segurança. O Japão, por exemplo, tem uma taxa que supera os 30%

O economista Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central, é dos que consideram que a reforma da Previdência pode elevar nossa taxa de poupança interna, desde que sejam mantidas "a limitação dos benefícios e a eliminação das assimetrias entre o setor público e privado, abrindo espaço para a expansão dos fundos de pensão complementar, que representará acréscimo líquido de poupança voluntária de longo prazo, capaz de viabilizar um ritmo de crescimento bem mais expressivo".

Para ele, "é fundamental manter o teto único — pelo menos para os novos servidores. Este é um elemento crítico para estimular a multiplicação dos fundos de pensão que poderão financiar um novo padrão de crescimento econômico".

A reforma, porém, do jeito que está formulada, não incentiva nem descarta a previdência complementar privada, e abre espaço para os fundos fechados, embora não os torne obrigatórios. Como efeito colateral da reforma, no entanto, está havendo um aumento da poupança interna na previdência privada, sem que haja indicações se esse aumento é sustentável a longo prazo. O fato é que, em relação ao semestre anterior, houve um aumento de 70% na procura dos fundos privados.

Os chamados "fundos instituídos" são uma boa novidade, ao estimular pessoas a se juntarem para cuidar da Previdência. Sindicatos, associações de classe, diversos conselhos estão procurando entidades de previdência privada já que, ao contrário da reforma da Previdência, a lei que criou esses "fundos instituídos" não proíbe que eles sejam administrados por fundos de previdência privada.

Mas há quem tenha propostas nada ortodoxas para estimular a poupança interna. José Arnaldo Rossi, ex-presidente do INSS e presidente da comissão de segurança social da Firjan, acha que a desigualdade se acentua quando no serviço público se dá a alternativa ao servidor de ter uma previdência complementar e na iniciativa privada não há essa figura.

Ele sugere que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) passe a ter caráter previdenciário, o que corresponderia à contribuição do patrocinador nos fundos fechados.

"Você teria uma previdência complementar compulsória, com o Estado e a iniciativa privada contribuindo com 8%.

Num país que tem 17% de poupança e precisa no mínimo de 25% para um desenvolvimento auto-sustentável, que tal uma previdência compulsória?", provoca Rossi, que prevê dificuldades políticas para mudar a destinação do fundo de garantia, e também reações à compulsoriedade da medida.

Já Ruderico Ferraz Pimentel, presidente da Eletros, fundo de pensão da Eletrobrás, defende "a concorrência entre entidades fechadas e aber-

tas de maneira mais ampla, permitindo também que as primeiras possam oferecer planos abertos". Hoje as entidades abertas podem oferecer tanto planos empresariais como planos para um público mais amplo, enquanto que as entidades fechadas só podem oferecer planos estritamente empresariais, sem nenhuma margem de ampliação.

Ruderico quer acabar com essas limitações, e afirma que "em um quadro institucional isonômico, os atuais fundos de pensão têm possibilidades significativas de expansão. Vamos então deixar que os dois tipos de organização existentes — sociedades anônimas e fundações sem fins lucrativos — disputem esse mercado. Para os planos tipo contribuição definida que hoje dominam toda a expansão do mercado, não se tem necessidade de capital de risco — o risco é partilhado pelos participantes e patrocinadoras, estas se existirem", define.

Adacyr Reis, secretário de Previdência Complementar, acha que os fundos fechados são os ideais para o tipo de previdência que a reforma está buscando, e não vê razão para abrir a possibilidade para a atuação de fundos privados. Ele acha que as leis complementares de 2001, tanto a que trata dos critérios de governança e de custeio dos fundos, quanto a que trouxe as novas regras gerais para os fundos de pensão, não só os fechados como também os abertos, são boas.

Segundo ele, "a legislação aprendeu com os erros do passado, com boas experiências". Ele lembra, por exemplo, que o sistema quando foi concebido tinha os limites máximos, por uma orientação de prudência, e os limites mínimos. "Houve questionamentos dos dirigentes, depois ações judiciais dos próprios participantes, que foram tendo uma consciência ao longo do tempo, e o Conselho Monetário Nacional aboliu em 94 essas compras mínimas compulsórias."

Carlos Marchi, da Flory e Associados, consultoria voltada para a criação de fundos de pensão, lembra que sair o fundo Petros em 99 custou R\$ 8 bilhões, que ele compara: "Quatro vezes o que se pretendia inicialmente para o Fome Zero, um terço de todo o déficit dos trabalhadores privados na previdência oficial, para custear a aposentadoria de apenas 90 mil pessoas." E prossegue: "Se não pagasse essa conta madrasta, para onde poderia ir? Claro, para pagar dividendos dos acionistas, inclusive, e principalmente, o governo federal, estimulando novas inversões na empresa".

Para Marchi, a legislação precisa ser mais rigorosa para impedir que fatos como esse aconteçam: "É preciso adotar normas mais rígidas de controle, para blindar as formas de investimento. Falta definir que a estruturação atuarial deverá ser feita por consultorias abalizadas e que a gestão estratégica será feita sob orientação de consultores com larga expertise — que não são muitos no Brasil. E falta obrigar os fundos a terem relacionamento aberto e franco com seus associados, para abrir as caixas-pretas", adverte.

E-mail para esta coluna: [merval@oglobo.com.br](mailto:merval@oglobo.com.br)